



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU**

**REQUERIMENTO Nº                      DE 2019**  
**(Do Sr. EDMILSON RODRIGUES)**

Requer a realização de audiência pública com o tema  
“A crise da moradia e como fortalecer a política  
habitacional”.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento nos arts. 255 e 256, *caput*, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública com o tema “A crise da moradia e como fortalecer a política habitacional”.

Para esta Audiência Pública sugerimos os seguintes convidados:

- **Raquel Rolnik;**
- **Nabil Bonduki;**
- **Fernanda Carolina Costa;**
- **Evaniza Rodrigues;**
- **Profa. Dra. Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA);**
- **Representante do MTST-Brasil;**
- **Representante do Instituto João Pinheiro;**
- **Representante do IBGE.**

**JUSTIFICAÇÃO**

O déficit habitacional brasileiro, que diz respeito a milhões de famílias residentes em casas muito precárias ou em áreas de risco e ainda às que têm grande parte da renda comprometida com aluguel, historicamente sempre foi elevado e aumentou em 220 mil imóveis entre os anos 2015 e 2017 (último dado disponível). Segundo o levantamento feito

pela Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o déficit por moradia atingiu seu recorde de 7,78 milhões de unidades habitacionais no ano de 2017. É a partir dessa realidade que o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) foi lançado em 2009 pelo Governo Federal tendo como finalidade a redução do déficit habitacional no país.

O estado tem o dever de cumprir o artigo sexto da Constituição Federal de 1988 garantindo a moradia como direito social. Para isso, o investimento público é essencial. Segundo dados do Tesouro Nacional, em seu primeiro ano (2009), o estado investiu R\$ 1,57 bilhão no PMCMV, o que correspondeu a 0,05% do PIB. Desde então os aportes do estado foram progressivamente aumentando até que o Programa chegou em seu ápice em 2015 totalizando um investimento na ordem de R\$ 20,71 bilhões, ou 0,35% do PIB. No entanto, já em 2016 houve corte de 61,5% no PMCMV, levando o um investimento de R\$ 7,96 bilhões (0,13% do PIB). Nos anos seguintes, o governo cortou gradualmente o Programa até chegar a apenas R\$ 4,57 bilhões (0,07% do PIB) em 2018.

Em momentos de ajuste fiscal, gastos do governo com infraestrutura, e nesse caso mais específico com habitação, são os primeiros a serem cortados, o que expõe o caráter político de se fazer um ajuste fiscal, afinal os maiores dependentes de políticas públicas habitacionais são as famílias de menor renda.

Diante do exposto, requeiro aprovação da audiência pública em questão, afim debater a crise da moradia e possibilidades de fortalecimento da política habitacional brasileira.

Sala das Comissões, 11 de junho de 2019

**Dep. EDMILSON RODRIGUES**

**PSOL/PA**